

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP SEI Nº 26940220/2025 - SES.UCA.ACA

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

O Sistema Nacional de Transplantes (SNT) cuja função de órgão central é exercida pelo Ministério da Saúde, por meio da Coordenação-Geral do Sistema Nacional de Transplantes (CGSNT) é responsável pela regulamentação, controle e monitoramento do processo de doação e transplantes realizados no país, com o objetivo de desenvolver o processo de doação, captação e distribuição de órgãos, tecidos e partes retiradas do corpo humano para fins terapêuticos. Para atingir esse objetivo, a CGSNT realiza ações de gestão política, promoção da doação, logística, autorização e renovação das equipes e hospitais para a realização de transplantes, definição do financiamento e elaboração de portarias que regulamentam todo o processo, desde a captação de órgãos até o acompanhamento dos pacientes transplantados.

Nos últimos anos foram implementadas estratégias para facilitar o diagnóstico e execução do protocolo de morte encefálica, bem como melhorar a qualidade dos órgãos transplantados por meio da manutenção clínica otimizada do potencial doador. Todo esse trabalho levou a um significativo aumento nos índices de doação e captação de órgãos no estado nos últimos anos. Entretanto, não há órgãos disponíveis para todos os potenciais receptores, o que resulta em relevante mortalidade na fila de espera.

Outros sim, partindo da premissa que sem doação não há transplante, existe uma busca incansável de destacar junto à sociedade a importância da conscientização e divulgação sobre o significado humanitário, científico e ético da doação de órgãos e tecidos para transplantes. Dentre as diversas ações nesse sentido, foi constituído ao longo dos últimos anos, parcerias com entidades e instituições públicas e privadas que apoiam o tema, adotando uma série de iniciativas que visam principalmente trazer à discussão a questão da doação para o dia a dia das pessoas.

Com o objetivo de aprimorar e ampliar o conjunto de ações voltadas à garantia da transparência, justiça, equidade e igualdade material no processo de doação e transplante, torna-se necessária a contratação de prestadores de serviços para a execução de atividades relacionadas à Doação de Órgãos, Tecidos e Células para Transplante, visando ao benefício de toda a população.

A necessidade da contratação de prestadores de serviços para a realização de ações relacionadas à doação de órgãos, tecidos e células para transplante é justificada por diversos motivos essenciais, entre os quais:

1. Aumento da demanda: A demanda por transplantes e doações de órgãos, tecidos e células excede a capacidade dos serviços de saúde já existentes no município. A contratação de novos prestadores pode ampliar a oferta e atender a um maior número de pacientes que aguardam na lista de espera.
2. Redução de filas: Com a contratação de prestadores adicionais, espera-se diminuir as filas de espera para transplantes e procedimentos de doação. Isso pode ser crucial para a saúde e a qualidade de vida dos pacientes que necessitam de tratamento urgente.

A contratação de prestadores de serviços para a realização de ações relacionadas à doação de órgãos, tecidos e células para transplante é uma medida estratégica para atender às necessidades de saúde da população.

Ademais, encontra-se vigente o Edital de Credenciamento Nº 001/2013 (18.0.127850-1), Ações relacionadas a Doação de Órgãos, Tecidos e Células para Transplante. Oriundos do referido edital, estão em execução 2 contratos sendo: 22.0.222704-5 (Contrato n.º 1193/2022) e 23.0.168851-2 (Contrato n.º 930/2023). No início de 2023 identificou-se a necessidade de substituição do Edital de Credenciamento Nº 001/2013 e, conseqüentemente, dos contratos a ele vinculados, os quais são regidos pela Lei nº 8.666/93 e precisam ser adequados à "Nova Lei de Licitações", Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Memorando SEI Nº 0019731115/2024 - SES.UAD.ACP).

Assim, faz-se necessária a publicação de novo edital, no intuito de contratar de forma complementar as ações relacionadas a Doação de Órgãos, Tecidos e Células para Transplante.

2 - DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

O Plano de Contratações Anuais foi dispensado por meio do Decreto no 51.742/2022, que aprovou a Instrução Normativa no 04/2022 (0015231284), sendo necessária sua elaboração somente no exercício de 2024, porém, até a data de elaboração deste documento, a Administração Municipal não divulgou o Plano de Contratações Anual do exercício de 2025. Registra-se que a contratação está prevista no plano de ações da Secretaria Municipal de Saúde de Joinville para o ano de 2025.

3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

3.1 DESCRIÇÃO DO PRODUTO A SER ADQUIRIDO/SERVIÇOS A SER PRESTADO:

3.1.1 - Os serviços deverão ser realizados em locais legalmente destinados a esta finalidade, que cumpram as exigências sanitárias e de todas as normas regulamentadoras em vigor, com sede no município de Joinville/SC e equipados para prestar o serviço objeto deste documento.

3.1.2 - Serão habilitadas empresas que atendam os requisitos definidos nas obrigações específicas da prestação dos serviços especificadas no edital.

3.1.3 - Considerando que o quantitativo depende do paciente estar internado no estabelecimento, da confirmação de morte encefálica e do paciente ser elegível, havendo mais de um prestador credenciado, a distribuição da demanda será realizada conforme estimativa no número de captações de cada estabelecimento.

- 3.1.4- Não será admitida a subcontratação do objeto, salvo mediante autorização expressa da Administração.
- 3.1.5 - Empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial (matriz e/ou filiais) firmarão contrato único, com indicação expressa dos locais de atendimento e respectivos CNES.
- 3.1.5.1 - No ato da solicitação de credenciamento, a proponente deverá informar todas as unidades de atendimento, apresentando, de forma individualizada, a documentação de cada uma.
- 3.1.5.2 - A distribuição da demanda estimada (PFO) será realizada com base na estimativa de captação de cada unidade (CNES), de acordo com o perfil de atendimento e/ou número de leitos de UTI e/ou número de óbitos em UTI e/ou percentual de elegibilidade e/ou taxa de autorização. Poderão ser incluídos novos critérios de análise visando o interesse público e da Administração.
- 3.1.5.3 - Cada unidade (CNES) receberá uma PFO específica.
- 3.1.5.4 - Cada unidade (CNES) deverá realizar o faturamento de forma individualizada.
- 3.1.6 - Somente poderão participar deste credenciamento empresas que desenvolvam atividades compatíveis com o objeto deste e atendam a todas as exigências contidas no edital e seus anexos, além das disposições legais, independentemente de transcrição.
- 3.1.7 - Não serão admitidas neste credenciamento as empresas que estejam cumprindo pena de suspensão temporária de participação em licitação e/ou impedimento de contratar com a Administração Pública; que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com qualquer órgão público.

3.2 - Não será admitido para o credenciamento:

- 3.2.1 - Hospitais contratualizados por meio de convênios firmados com a Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Joinville.

3.3 - Gestão:

- 3.3.1 A gestão do contrato será realizada pela área de Urgência e Emergência da Secretaria Municipal da Saúde - gestora do Fundo Municipal de Saúde de Joinville, sendo a mesma responsável pelo recebimento e fiscalização do objeto licitado, devendo ser observado a Lei nº 14.133/2021.
- 3.3.2 O ordenador da despesa será o Fundo Municipal de Saúde - FMS.

3.4 - Cronograma:

- 3.4.1 - A prestação de serviços deverá iniciar, em todos os seus termos, em até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da emissão da ordem de serviço eletrônica.
- 3.4.2 - O edital de credenciamento ficará aberto por prazo indeterminado.
- 3.4.3 - A presente contratação será um serviço contínuo, cujo prazo será de 24 (vinte e quatro) meses de execução, prorrogável na forma do Art. 107 da Lei 14.133/2021.
- 3.4.4 - O prazo de vigência contratual será de 26 (vinte e seis) meses contados a partir da data da assinatura do termo, prorrogável na forma do Art. 107 da Lei 14.133/2021, vez que a contratação está prevista no Plano Plurianual.

3.5 - Pagamentos:

- 3.5.1 - A CREDENCIADA deverá preencher o formulário para emissão de laudo de AIH, disponível em <https://sctransplantes.saude.sc.gov.br/index.php/laudos-para-emissao-de-aih-e-apac> e enviar para o email: dcratransplante@saude.sc.gov.br da Central Estadual de Transplante, ou outro e-mail indicado pela CREDENCIANTE.
- 3.5.2 - A Central Estadual de Transplante disponibilizará a autorização com um número, o qual será utilizado para faturamento junto ao gestor municipal.
- 3.5.3 - O preço pago pelos serviços será o constante da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS mediante entrega mensal do arquivo de produção relativo às Autorizações de Internação Hospitalar — AIH, em meio digital.
- 3.5.4 - O arquivo de produção deverá ser encaminhado até o 4º (quarto) dia útil do mês subsequente aos procedimentos realizados à Área de Controle e Avaliação da Secretaria Municipal da Saúde.
- 3.5.5 - Em caso de erros ou inconsistências no arquivo de produção, a CREDENCIADA deverá realizar as devidas correções em até 48 horas da notificação.
- 3.5.6 - Os valores serão reajustados e concedidos na mesma proporção em que houver sido atualizada a Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS, em conformidade com o Ministério da Saúde e Conselho Nacional de Saúde, após a publicação da Portaria respectiva no Diário Oficial da União.
- 3.5.7 - O reajuste será aplicado uniformemente a todos os credenciados, independente da data de assinatura do contrato.
- 3.5.8 - Poderão ser incluídos ao edital novos procedimentos do grupo Ações Relacionadas a Doação de órgãos E Tecidos para Transplante, conforme atualização da Tabela SIGTAP/SUS.
- 3.5.7- Cobrança de qualquer valor excedente para os procedimentos constantes no edital, dos pacientes ou de seus responsáveis, acarretará na imediata rescisão do contrato e sujeição de Declaração de Inidoneidade e responsabilização Civil e Criminal.
- 3.5.8 - O Fundo Municipal de Saúde reserva-se o direito de somente efetuar o pagamento à empresa credenciada quando esta houver cumprido o serviço prestado conforme cláusulas contratuais.
- 3.5.9 - O pagamento será feito somente daqueles procedimentos efetivamente realizados pela empresa credenciada.
- 3.5.10 - Se constatada inconformidade no faturamento, poderá haver ajuste da produção e o desconto do pagamento. O desconto poderá ser realizado a qualquer momento, independente da competência de faturamento.
- 3.5.10.1 - A CREDENCIADA será notificada por escrito, via correio eletrônico, podendo apresentar defesa ou esclarecimento, igualmente por escrito, respeitando o prazo estabelecido na notificação. A manifestação será analisada pela Comissão de Fiscalização, que emitirá a decisão final.
- 3.5.11 - A credenciada apresentará mensalmente ao CREDENCIANTE, a produção dos serviços realizados por meio digital, de acordo com o SIH - Sistema de informação hospitalar, obedecendo para tanto, o procedimento, os prazos e o cronograma estabelecido pelo Ministério da Saúde e CREDENCIANTE.

3.5.12 - A CREDENCIANTE, após conferência e certificação da Nota Fiscal, efetuará o pagamento através de crédito bancário, em até 30 (trinta) dias corridos, a contar da data de liquidação da respectiva Nota Fiscal pela SMS/Joinville (Secretaria Municipal de Saúde de Joinville), com o mesmo CNPJ e Razão Social apresentados para a habilitação e proposta.

3.5.12.1 - Para fins de pagamentos, o prestador deverá apresentar comprovação de regularidade trabalhista, previdenciária e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), além de outros documentos que comprovem a regularidade jurídico-fiscal.

3.5.13- Os valores por procedimento da tabela SUS serão repassados à credenciada somente após aprovados no SIH/SUS posteriormente à prestação dos serviços, ou seja, após produção, apresentação, aprovação, processamento e concomitantemente à respectiva transferência financeira do Fundo Nacional de Saúde.

3.5.14- Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento da produção, por culpa da CREDENCIANTE, esta garantirá a credenciada o pagamento no prazo ajustado neste documento, pelos valores do mês imediatamente anterior e que tenha sido validado pelas partes, acertando as diferenças que houver no pagamento seguinte, mas ficando a SMS/Joinville e o Ministério da Saúde, exonerados do pagamento de multas e sanções financeiras, assim como correção monetária dos créditos e outros acréscimos porventura incidentes nas diferenças apuradas.

3.5.15 - A produção aprovada será apresentada com o valor correspondente ao relatório de crítica emitido mensalmente utilizando o Sistema SIH/SUS, o qual será disponibilizado ao prestador pela CREDENCIANTE.

3.6 - Documentos para credenciamento:

- a) Solicitação de Credenciamento (anexo).
- b) Declaração de Aceitação dos Preços (anexo).
- c) Declaração de Disponibilidade de Equipe Multiprofissional (anexo).
- d) Declaração de Disponibilidade de Médicos Intensivistas, Clínicos, Cardiologistas e Anestesiologistas (anexo).
- e) Declaração de Disponibilidade de Equipamentos Mínimos Necessários (anexo).
- f) Declaração de Cumprimento ao Disposto no Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal (anexo)
- g) Atestado de Capacidade Técnica, de prestação de serviço compatível com o objeto, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado.
- h) Inscrição do Estabelecimento no Conselho Regional de Medicina, o qual deverá estar ativo.
- i) Alvará Sanitário atualizado da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e do hospital.
- j) Declaração e/ou documento fornecido pela Gerência de Transplantes da Secretaria de Estado da Saúde / Central Estadual de Transplante - CET informando que a Instituição proponente está habilitada e apta para realizar as Ações relacionadas a Doação de Órgãos, Tecidos e Células para Transplante relativas ao Código SUS 05.03.01.0001-4, com registro e cadastro no CNES sob serviço 149 - classificação 015 - Classificação: Ações para doação e captação de órgãos e tecidos.
- k) Relação dos Profissionais da Comissão Hospitalar de Transplantes - CHT.
- l) Relação dos Profissionais da Unidade de Terapia Intensiva (UTI).
- m) Regimento Interno da Comissão Intra-Hospitalar de Doação de Órgãos e Tecidos para Transplantes - CIHDOTT.
- n) Ato normativo de designação da CIHDOTT.
- o) Comprovação de que o responsável técnico possui vínculo com o proponente, que deverá ser feito mediante a apresentação de Carteira de Trabalho, Contrato de Prestação de Serviço ou Contrato Social.

3.6.1 - A Secretaria de Administração e Planejamento encaminhará o processo documental para análise e parecer da Secretaria de Saúde, que fará a análise técnica da documentação. Após a validação da análise técnica da documentação, será realizada a visita técnica às instalações da empresa a ser credenciada.

3.7 - Descredenciamento:

3.7.1 - Fica assegurado à Secretaria Municipal de Joinville descredenciar:

3.7.1.1 - Descumprimento de quaisquer condições e exigências do edital de credenciamento.

3.7.1.2 - Inexecução total ou parcial das condições e exigências do edital de credenciamento.

3.7.1.3 - Inexecução de quaisquer dos serviços sem justificativa ou com justificativa não aceita pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização.

3.7.1.4 - Cobrança ou recebimento de qualquer valor de terceiros.

3.7.1.5 - Atentar contra os princípios da Administração Pública.

3.7.1.6 - Revogar o edital de credenciamento quando assim exigir o interesse público, mediante decisão fundamentada, sem que reste qualquer direito de indenização, mas garantindo-se o pagamento dos serviços prestados até a data da revogação.

3.7.2 - O prestador também poderá requerer seu descredenciamento, por meio de declaração apresentada à Comissão de Acompanhamento e Fiscalização, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias corridos, mas garantindo-se a prestação de todos os serviços até a data da revogação.

3.8 Local de execução dos serviços:

3.8.1 - Os serviços deverão ser realizados em locais legalmente destinados a esta finalidade, que cumpram as exigências sanitárias e de todas as normas regulamentadoras em vigor, localizados no território de Joinville/SC e equipados para prestar o serviço objeto do Estudo Técnico Preliminar.

3.9 Equipe mínima:

3.9.1 - Médicos intensivistas com Registro de Qualificação de Especialista (RQE) (CBO 2251-50) e ativos no Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina.

3.9.2 - Médico responsável técnico pela Unidade de Terapia Intensiva (UTI) ativo no Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina.

3.9.3 - Enfermeiro coordenador da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) com registro ativo no Conselho Regional de Enfermagem (COREN) de Santa Catarina.

3.10 Equipamentos e outros:

3.10.1 - Instrumental e equipamentos necessários à viabilização dos processos de doação de órgãos e tecidos, entre os quais, aparelho de suporte e ventilação mecânica, bem como da disponibilização e acesso aos serviços de tomografia computadorizada, radiologia, ultrassonografia, eletroencefalograma e ecocardiograma.

3.10.2 - Exames complementares para confirmação de morte encefálica, incluindo: angiografia cerebral e/ou eletroencefalograma e/ou doppler transcraniano e/ou Cintilografia SPECT Cerebral para conformação de morte encefálica.

3.10.3 - Comissão Hospitalar de Transplante - CHT.

3.11 - Visita Técnica

3.11.1 - A CREDENCIANTE realizará visitas às instalações dos serviços interessados visando emitir parecer técnico sobre os aspectos relativos às condições de atendimento, capacidade instalada, segurança, aparelhagem, corpo funcional e técnico, em consonância aos critérios exigidos na legislação e itens elencados no edital.

3.11.2 - A visita técnica será realizada seguindo roteiro, conforme anexo - Roteiro de Visita Técnica (anexo).

3.11.3 - Os critérios de análise e o roteiro de visita poderão ser alterados para incluir as novas legislações que possam surgir, bem como para adequação às alterações das legislações até o presente momento aplicadas no credenciamento.

3.12 - Critérios e Práticas de Sustentabilidade

3.12.1 - Quando cabível, a CREDENCIADA deverá realizar o descarte dos resíduos decorrentes da execução da contratação, bem como a e/ou a logística reversa dos produtos.

3.13 - Padrão de Qualidade e Desempenho

3.13.1 - Deverão ser atendidos, no mínimo:

- a) As especificações para os serviços previstos no presente documento;
- b) Cumprimento dos prazos, horários e locais para os serviços previstos no presente no documento;
- c) Cumprir com as obrigações dispostas no presente documento;
- d) Cumprir com a documentação, quando cabível, dispostas no presente documento;
- e) Cumprir as normas e legislações pertinentes ao serviço.

3.14 Obrigações da CREDENCIADA

3.14.1 - Registrar todos os atendimentos realizados em prontuário, conforme Conselhos de Classe, Portaria de Consolidação MS/GM nº 01/2017, Título I, e Resolução de Diretoria Colegiada - RDC Nº 63, de 25 de Novembro de 2011.

3.14.2 - Observar e cumprir os protocolos da rede pública assistencial de saúde e também submeter-se às normas e rotinas do Gestor Municipal.

3.14.3 - Submeter-se à fiscalização dos serviços de Auditoria, Controle e Avaliação da Secretaria Municipal da Saúde em consonância e obediência ao previsto nas Leis Federais nº 8.080/90 e 8.142/90, no Decreto Federal nº 1.651 de 28/09/95, na Lei Municipal nº 3.584 de 03/11/97 e no Decreto Municipal nº 8.865 de 17/11/98, e outras normas que venham a complementar ou substituir.

3.14.4 - Em nenhuma hipótese a CREDENCIADA poderá cobrar do representante do usuário ou da CREDENCIANTE qualquer importância adicional ou complementação dos valores referentes à assistência dos serviços prestados.

3.14.5 - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre valor inicial contratado que se fizerem necessários, por conveniência do CREDENCIANTE, nos termos da legislação vigente.

3.14.6 - Realizar os procedimentos obedecendo a Programação Físico-Orçamentária estabelecida e as autorizações da Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos - CNCDO.

3.14.7 - Semestralmente, no meses de março e setembro, a CREDENCIANTE realizará a verificação da relação de empresas credenciadas com o objetivo de avaliar a necessidade de revisão da Programação Físico-Orçamentária (PFO) e da redistribuição da demanda, conforme as necessidades do serviço.

3.14.7.1 - A PFO poderá, ainda, ser revista a qualquer tempo, por iniciativa da administração pública, em razão do cumprimento das metas pactuadas, da alteração na demanda do município e/ou da reorganização territorial, visando à melhor alocação dos recursos e à eficiência na prestação dos serviços.

3.14.7.2 - Os meses de revisão poderão ser alterados pela CREDENCIANTE, conforme necessidade da Administração.

3.14.8 - Poderão ser incluídos novos critérios de elaboração e/ou revisão da PFO, conforme conveniência e oportunidade da administração pública, visando à melhor satisfação do interesse público.

3.14.9 - O prazo de revisão da PFO poderá ser alterado, a critério e interesse da administração.

3.14.10 - Zelar pela qualidade dos serviços prestados, obrigando-se ainda a manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e de qualificação exigidas no credenciamento.

3.14.11 - Todas as despesas necessárias à execução do objeto deste termo correrão por conta da CONTRATADA.

3.14.12 - Responsabiliza-se por todos os ônus, tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentais sobre os serviços credenciados, bem como cumprir rigorosamente, todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas à execução dos serviços.

3.14.13 - Assumir integral responsabilidade pela boa e eficiente execução do objeto que vir a efetuar, estando sempre de acordo com o estabelecido nas normas do contrato, do Edital e demais documentos técnicos fornecidos.

3.14.14 - Assumir integral responsabilidade pelos danos decorrentes desta execução, inclusive perante terceiros.

3.14.15 - Proceder às correções que se tornarem necessárias à realização do objeto, executando-o de acordo com o disposto no Edital e seus anexos e no contrato.

3.14.16 - Cumprir todas as obrigações e especificações dispostas no Termo de Referência e no Edital.

3.14.17 - Prestar a totalidade dos procedimentos que tiver capacidade instalada e forem credenciados, exceto quando não houver demanda, sendo dispensado pela CREDENCIANTE.

3.14.18 - Dispor de no mínimo 01 (um) computador contendo navegador Google Chrome ou Mozilla Firefox na versão mais atualizada para uso do Sistema de Informações Hospitalares (SIHD) e outros sistemas que venham a substituí-lo ou complementá-lo.

3.14.19 - Possuir equipe qualificada e capacitada para a prestação do serviço e equipe médica com qualificação para avaliação de pacientes neurocríticos, inclusive para avaliação clínica de diagnóstico de morte encefálica e manutenção do potencial doador, obedecendo as legislações vigentes da Secretaria de Estado da Saúde (SES/SC), Ministério da Saúde e Conselho Federal de Medicina.

3.14.20 - Prestar os serviços em consonância com as normas do Sistema Único de Saúde e conforme autorização do Gestor Estadual por meio da Central Estadual de Transplante - CET.

3.14.21 - Executar conforme notificação de óbito em morte encefálica e/ou coração parado, de acordo com as normas do Sistema Único de Saúde e Conselho Federal de Medicina.

3.14.22 - Responsabilizar-se pela notificação junto à Central Estadual de Transplante - CET.

3.15 Obrigações da CREDENCIANTE

3.15.1 - A CREDENCIANTE deverá controlar, avaliar a prestação dos serviços bem como os relatórios apresentados.

3.15.2 - A CREDENCIANTE deverá exercer fiscalização dos serviços prestados, através de servidores especialmente designados na forma prevista na (Lei nº 14.133/2021); e suas alterações posteriores, o que em nenhuma hipótese eximirá a CREDENCIADA das responsabilidades fixadas pelo Código Civil.

3.15.3 - A CREDENCIANTE deverá efetuar o pagamento, em conformidade com o constante no edital, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências.

3.15.4 - A CREDENCIANTE deverá prestar todas as informações e esclarecimentos necessários para a fiel execução contratual, que venham a ser solicitadas pelos funcionários da CREDENCIADA.

3.15.5 - A CREDENCIANTE deverá cumprir e fazer cumprir as disposições do contrato.

3.15.6 - A CREDENCIANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CREDENCIADA com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CREDENCIADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

3.15.7 - A CREDENCIANTE poderá rescindir o contrato por acordo entre as partes ou administrativamente, independente das demais medidas cabíveis, nas seguintes situações:

a) se houver descumprimento, ainda que parcial, das Cláusulas do contrato, por parte da CREDENCIADA;

b) unilateralmente pela CREDENCIANTE se houver redução da receita, arrecadação e/ou repasses financeiros destinados a custear a execução do contrato;

c) unilateralmente pela CREDENCIANTE se, durante a vigência do contrato a CREDENCIADA perder as condições habilitação;

d) unilateralmente pela CREDENCIANTE se não houver interesse ou conveniência para a Administração na continuidade do contrato, devidamente justificado;

3.15.8 - A rescisão deverá ser comunicada por escrito com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias corridos.

ANEXOS

ANEXO - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 7º, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal o (a) Sr. (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA que cumpre o disposto no Art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal e que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz () Sim () Não

Joinville, ____ de ____ de ____.

Diretor, Sócio-Gerente ou Representante

ANEXO - SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

Solicitamos o Credenciamento, conforme Edital de Credenciamento de Empresas para Realização de **Ações relacionadas, à Doação de Órgãos, Tecidos e Células para Transplante no âmbito hospitalar**, conforme Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM - SIGTAP/SUS, no Município de Joinville, em conformidade com as Tabelas de Procedimentos e Valores, condições e exigências do edital de credenciamento. Temos pleno conhecimento que o deferimento do credenciamento/habilitação se dará após sua análise técnica e legal.

Para fins de pagamento, informamos abaixo dados bancários:

Banco:

Nº da Agência:

Estudo Técnico Preliminar - ETP 26940220

SEI 23.0.030019-7 / pg. 5

Nº da Conta-corrente:

Para fins de contato, informamos abaixo e-mail e telefones:

E-mail:

Telefones:

Para fins de assinatura do termo de credenciamento, informamos abaixo dados do representante legal:

Nome:

RG:

CPF:

Joinville, ____ de ____ de ____.

Diretor, Sócio-Gerente ou Representante

ANEXO - DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DOS PREÇOS

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal o (a) Sr. (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA sua aceitação aos preços praticados no edital de credenciamento nº _____, estando também ciente que o reajuste será concedido conforme previsto no edital.

Joinville, ____ de ____ de ____.

Diretor, Sócio-Gerente ou Representante

ANEXO - MODELO DECLARAÇÃO EQUIPE MULTIPROFISSIONAL

O hospital xxxxxxxx, CNPJ xxxxxxxx, CNES xxxxxx, com sede à xxxxxxxxxx, neste ato representado pelo seu Diretor Técnico Dr. xxxxxxxx, CRM Nº xxxxxx, declara que possui corpo clínico e multiprofissional formado por neurologistas, oftalmologistas, intensivistas, anestesistas, psicólogos, enfermeiros e assistentes sociais aptos para viabilizar os processos de doação de órgãos e tecidos.

xx / xx / 20xx

ANEXO - MODELO DECLARAÇÃO MÉDICOS INTENSIVISTAS, CLÍNICOS, CARDIOLOGISTAS E ANESTESISTAS

O hospital xxxxxxxx, CNPJ xxxxxxxx, CNES xxxxxx, com sede à xxxxxxxxxx, neste ato representado pelo seu Diretor Técnico Dr. xxxxxxxx, CRM Nº xxxxxx, declara que possui médicos clínicos, intensivistas, cardiologistas e anestesistas atuando em tempo integral na Unidade de Terapia Intensiva (UTI), aptos para viabilizar os processos de doação de órgãos e tecidos.

xx / xx / 20xx

ANEXO - MODELO DECLARAÇÃO EQUIPAMENTOS MÍNIMOS NECESSÁRIOS

O hospital xxxxxxxx, CNPJ xxxxxxxx, CNES xxxxxx, com sede à xxxxxxxxxx, neste ato representado pelo seu Diretor Técnico Dr. xxxxxxxx, CRM Nº xxxxxx, declara que possui instrumental e equipamentos necessários à viabilização dos processos de doação de órgãos e tecidos, bem como disponibilização dos serviços de tomografia computadorizada, radiologia, ultrassonografia, eletroencefalograma e ecocardiograma às equipes de retirada de múltiplos órgãos e tecidos.

xx / xx / 20xx

ANEXO - ROTEIRO DE VISITA TÉCNICA

Nome: _____

CNPJ: _____

CNES: _____

Endereço: _____

Telefone: _____

E-mail: _____

ANÁLISE DOCUMENTAL E RECURSOS HUMANOS

O Alvará Sanitário do Hospital dentro do prazo de validade

(☐) Sim (☐) Não
(☐) Não se aplica

O Alvará Sanitário da UTI dentro do prazo de validade

(☐) Sim (☐) Não
(☐) Não se aplica

Inscrição do Estabelecimento no Conselho Regional de Medicina (ativo)

(☐) Sim (☐) Não

Declaração e/ou documento fornecido pela Gerência de Transplantes da Secretaria de Estado da Saúde / Central Estadual de Transplante - CET informando que a Instituição proponente está habilitada e apta para realizar as Ações relacionadas a Doação de Órgãos, Tecidos e Células para Transplante relativas ao Código SUS 05.03.01.0001-4, com registro e cadastro no CNES sob serviço 149 classificação 015 - Classificação: Ações para doação e captação de órgãos e tecidos.

(☐) Sim (☐) Não
(☐) Não se aplica

Todos os profissionais descritos na relação de recursos humanos e que realizarão procedimentos previstos no credenciamento estão devidamente inscritos e ativos junto ao Órgão de Classe?

(☐) Sim (☐) Não

Responsável Técnico inscrito e ativo junto ao Órgão de Classe?

(☐) Sim (☐) Não

O Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) está devidamente atualizado? (equipamentos, serviço classificação, profissionais)

(☐) Sim (☐) Não

Comissão Hospitalar de Transplante - CHT ativa

(☐) Sim (☐) Não

EQUIPAMENTOS

Equipamentos

Angiografia cerebral	(<input type="checkbox"/>) Sim	(<input type="checkbox"/>) Não
Eletrorencéfalograma	(<input type="checkbox"/>) Sim	(<input type="checkbox"/>) Não
Doppler transcraniano	(<input type="checkbox"/>) Sim	(<input type="checkbox"/>) Não
Cintilografia SPECT Cerebral	(<input type="checkbox"/>) Sim	(<input type="checkbox"/>) Não
Tomografia computadorizada,	(<input type="checkbox"/>) Sim	(<input type="checkbox"/>) Não
Radiologia	(<input type="checkbox"/>) Sim	(<input type="checkbox"/>) Não
Ultrassonografia,	(<input type="checkbox"/>) Sim	(<input type="checkbox"/>) Não
Eletrorencéfalograma e	(<input type="checkbox"/>) Sim	(<input type="checkbox"/>) Não
Ecocardiograma	(<input type="checkbox"/>) Sim	(<input type="checkbox"/>) Não

INSTALAÇÕES

O serviço dispõe de ambientes adequados para recepção e atendimento?

(☐) Sim (☐) Não

PROCEDIMENTOS E CAPACIDADE INSTALADA

O estabelecimento tem capacidade de realizar o procedimento 05.03.01.001-4 - Ações relacionadas a Doação de Órgãos, Tecidos e Células para Transplante no âmbito hospitalar? (verificar parâmetros da Tabela SIGTAP/SUS e eventuais limitações).(verificar parâmetros da Tabela SIGTAP/SUS e eventuais limitações)

(☐) Sim (☐) Não

Recomendações e Considerações

Conclusão

Apto ao credenciamento

(☐) Sim (☐) Não

Equipe responsável pela visita técnica:

Responsável pelo estabelecimento que acompanhou a visita técnica:

ANEXO VI - PROGRAMAÇÃO FÍSICO-ORÇAMENTÁRIA (PFO)

PROGRAMAÇÃO FÍSICO-ORÇAMENTÁRIA							
ITEM / SUBITEM	DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO	CÓDIGO SIGTAP/SUS	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO SIGTAP/SUS (TOTAL AMBULATORIAL) (R\$)	VALOR UNITÁRIO SIGTAP/SUS (TOTAL HOSPITALAR) (R\$)	QUANTIDADE ANO	VALOR ANO
1	AÇÕES RELACIONADAS A DOAÇÃO DE ÓRGÃOS E TECIDOS PARA TRANSPLANTE	0503010014					

Estudo Técnico Preliminar - ETP 26940220 SEI 23.0.030019-7 / pg. 7

4 - ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

- 4.1 - Para a presente contratação, utilizou a estimativa das quantidades analisando os documentos das contratações vigentes.
- 4.2 - A quantidade estimada está demonstrada considerando a natureza do serviço, cuja demanda é espontânea, sendo considerado para fins de estimativa, o ano com maior produção registrada entre 2019 a 2023.

Movimento de AIH - Arquivos Reduzidos					
Frequência por Ano processamento segundo Hospital SC (CNPJ) - físico					
Procedimento principal (0503010014)					
Hospital SC (CNPJ)	2019	2020	2021	2022	2023
82602327000360 UNIMED DE JOINVILLE COOPERATIVA DE TRABALHOS MÉDICOS	6	0	5	6	9
84694405000167 ASSOCIACAO BENEFICENTE EVANGELICA DE JOINVILLE	0	1	1	0	0
84712983000189 INSTITUIÇÃO BETHESDA HOSPITAL BETHESDA	0	0	2	1	0
Total	6	1	8	7	9

- 4.3 - De modo geral, para o levantamento das quantidades foram incluídos apenas os estabelecimentos hospitalares não públicos.
- 4.4 - Observou-se que o ano de maior produção foi 2023 com 9 procedimentos da UNIMED, considerando a variabilidade da demanda, acrescentando 50%, totalizando assim 13,5 procedimentos, sendo arredondado o valor para 14 procedimentos.
- 4.5 - Em relação ao procedimento o código e descrição 05.03.01.001-4 - AÇÕES RELACIONADAS A DOAÇÃO DE ÓRGÃOS E TECIDOS PARA TRANSPLANTE, refere-se a um código de denominação geral;
- 4.6 - O código 05.03.01.001-4 refere-se ao procedimento principal que possibilitará gerar o laudo de Autorização de Internação Hospitalar (AIH). A partir da emissão do laudo, o hospital inclui os demais procedimentos, especiais e secundários, compatíveis com o procedimento principal e realizados, conforme tabela Sigtab / SUS;
- 4.7 - Para estimativa de valores, considera-se a série histórica e eventuais acréscimos em virtude do aumento do número de captações.

Movimento de AIH - Arquivos Reduzidos					
Valor Total por Ano processamento segundo Hospital SC (CNPJ) - financeiro (inclui o procedimento principal, os secundários e especiais)					
Hospital SC (CNPJ)	2019	2020	2021	2022	2023
82602327000360 UNIMED DE JOINVILLE COOPERATIVA DE TRABALHOS MÉDICOS	R\$ 3.810,00	R\$ -	R\$ 9.773,15	R\$ 8.138,78	R\$ 19.5
84694405000167 ASSOCIACAO BENEFICENTE EVANGELICA DE JOINVILLE	R\$ -	R\$ 4.558,63	R\$ 3.378,63	R\$ -	R\$
84712983000189 INSTITUICAO BETHESDA HOSPITAL BETHESDA	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.297,26	R\$ 1.158,63	R\$
Total	R\$ 3.810,00	R\$ 4.558,63	R\$ 15.449,04	R\$ 9.297,41	R\$ 19.5

- 4.8 - A quantidade estimada para o procedimento principal (0503010014 AÇÕES RELACIONADAS A DOAÇÃO DE ÓRGÃOS E TECIDOS PARA TRANSPLANTE) é de 14 procedimentos para 12 meses e 28 procedimentos para 24 meses.
- 4.8.1 - Os procedimentos secundários e especiais deverão ser lançados conforme a efetiva realização, em cada situação específica, sem compor a quantidade estimada de procedimentos.
- 4.9 - O valor estimado é de R\$ 89.483,88 para 12 meses e R\$ 178.967,76 para 24 meses.
- 4.9.1 - O valor estimado inclui o procedimento principal, procedimentos secundários e procedimentos especiais.
- 4.10 - Poderão ser incluídos outros procedimentos secundários e especiais compatíveis com o procedimento principal, conforme atualização dos parâmetros e atributos da Tabela Sigtab / SUS.

Código	Descrição	Quantidade para 12 meses	Quantidade para 24 meses
PROCEDIMENTO PRINCIPAL	0503010014 AÇÕES RELACIONADAS A DOAÇÃO DE ÓRGÃOS E TECIDOS PARA TRANSPLANTE	14 (R\$ 89.483,88)	28 (R\$ 178.967,76)
	0501060057 EXAME		

	<p>COMPLEMENTAR PARA DIAGNÓSTICO DE MORTE ENCEFÁLICA 0501060014 - ANGIOGRAFIA CEREBRAL P/ DIAGNOSTICO DE MORTE ENCEFALICA (4 VASOS) 0501060022 - CINTILOGRAFIA RADIOISOTOPICA CEREBRAL P/ DIAGNOSTICO DE MORTE ENCEFALICA 0501060030 - ECO DOPPLER COLORIDO CEREBRAL P/ DIAGNOSTICO DE MORTE ENCEFALICA 0501060049 - ELETROENCEFALOGRAMA P/ DIAGNOSTICO DE MORTE ENCEFALICA 0503010022 - AÇÕES RELACIONADAS A DOAÇÃO DE ÓRGÃOS E TECIDOS REALIZADAS POR EQUIPE DE OUTRO ESTABELECIMENTO DE SAUDE 0501070028 - SOROLOGIA DE POSSIVEL DOADOR DE ORGAO OU TECIDO EXCETO CORNEA 0501070036 - TIPAGEM SANGUINEA ABO E OUTROS EXAMES HEMATOLOGICOS EM POSSIVEL DOADOR DE ORGAOS 0502010010 - AVALIACAO CLINICA DE MORTE ENCEFALICA EM MAIOR DE 2 ANOS 0502010029 - AVALIAÇÃO CLINICA DE MORTE ENCEFÁLICA EM MENOR DE 2 ANOS 0503030015 - MANUTENCAO HEMODINAMICA DE POSSIVEL DOADOR E TAXA DE SALA P/ RETIRADA DE ORGAOS 0503030023 - RETIRADA DE CORÇÃO (PARA TRANSPLANTE) 0503030031 - RETIRADA DE CORACAO P/ PROCESSAMENTO DE VALVULA / TUBO VALVADO P/ TRANSPLANTE 0503030040 - RETIRADA DE FÍGADO (PARA TRANSPLANTE) 0503030058 - RETIRADA DE GLOBO OCULAR UNI / BILATERAL (P/ TRANSPLANTE) 0503030066 - RETIRADA DE PÂNCREAS (PARA TRANSPLANTE) 0503030074 - RETIRADA DE PULMÕES (PARA TRANSPLANTE) 0503030082 - RETIRADA UNI / BILATERAL DE RIM (PARA TRANSPLANTE) - DOADOR FALECIDO 0503030090 - RETIRADA DE TECIDO ÓSTEO -FASCIO- CONDRO- LIGAMENTOSO 0503030104 - RETIRADA DE PELE PARA TRANSPLANTE 0503040010 - COORDENACAO DE SALA CIRURGICA P/ RETIRADA DE ORGAOS E TECIDOS P/ TRANSPLANTE 0503040045 - DIARIA DE UNIDADE DE TERAPIA</p>		
PROCEDIMENTOS SECUNDÁRIOS OU ESPECIAIS		Não se aplica	Não se aplica

	INTENSIVA DE PROVÁVEL DOADOR DE ÓRGÃOS 0503040053 - ENTREVISTA FAMILIAR P/ DOAÇÃO DE ORGAOS DE DOADORES EM MORTE 0503040061 - ENTREVISTA FAMILIAR PARA DOAÇÃO DE TECIDOS DE DOADORES COM CORAÇÃO PARADO 0503040061 - ENTREVISTA FAMILIAR PARA DOAÇÃO DE TECIDOS DE DOADORES COM CORAÇÃO PARADO 0503040088 - CAPTAÇÃO DE ÓRGÃO EFETIVAMENTE TRANSPLANTADO 0506010058 - AVALIAÇÃO DO POSSÍVEL DOADOR FALECIDO DE ÓRGÃOS OU TECIDOS PARA TRANSPLANTES 0702120014 - LIQUIDO DE PRESERVACAO DE CORACAO P/ TRANSPLANTE (LITRO) 0702120022 - LIQUIDO DE PRESERVACAO DE FIGADO P/ TRANSPLANTE (LITRO) 0702120030 - LIQUIDO DE PRESERVACAO DE PANCREAS P/ TRANSPLANTE (LITRO) 0702120049 - LIQUIDO DE PRESERVACAO DE PULMAO P/ TRANSPLANTE (LITRO) 0702120057 - LIQUIDO DE PRESERVACAO DE RIM P/ TRANSPLANTE (LITRO)	
--	--	--

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

5.1 - As soluções disponíveis no mercado para atender a necessidade da Administração são: concurso, processo seletivo, licitação e credenciamento.

5.1.1 - As modalidades concurso e processo seletivo tem impacto em relação ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece critérios e normas para a gestão responsável das finanças públicas, incluindo gastos com folha de pagamento. Outro impeditivo para tais modalidades é em relação à implantação de estruturas físicas e tecnológica de radiologia, o que além de onerar ainda mais o município, traria maior morosidade na disponibilidade dos serviços aos pacientes devido a necessidade da construção de estruturas físicas e aquisição dos equipamentos; assim, tais alternativas são inviáveis técnica e economicamente.

5.1.2 - A terceira possibilidade a ser analisada é a licitação, que consiste em uma modalidade de contratação por meio do qual a administração escolhe a proposta mais vantajosa; este procedimento se desenvolve através de atos administrativos vinculativos entre o licitante e o poder público oferecendo iguais condições a todos interessados, que desejam contratar com a administração pública. Para o objeto da presente contratação, tal modalidade é totalmente inviável pois esta caracteriza-se pela contratação de 1 (um) único prestador, e devido ao grande quantitativo de procedimentos a serem executados anualmente, não é tecnicamente possível que apenas um prestador execute todos os procedimentos elencados no presente processo.

5.1.3 - Acerca do credenciamento, este consiste em uma modalidade de contratação por meio do qual todos os interessados que preencham os requisitos do edital podem ser contratados. Tal modalidade tem como vantagem a possibilidade de contratação de vários prestadores para um único objeto, formando uma rede de serviços e ampliando a possibilidade de doações.

5.1.4 - Considerando as soluções de mercado supra elencadas e os elementos apresentados em cada opção, demonstra-se de forma inequívoca, que a modalidade de credenciamento universal é a única opção que atende as demandas do município. É importante destacar que a competição se torna inviável pois o objetivo é dispor da maior rede possível de prestadores de serviços, o que possibilitará um maior número de doações. Ademais, os valores praticados são os previstos na Tabela Sigtap/SUS.

5.1.5 - Registra-se que a modalidade Credenciamento está prevista no inciso I do artigo 115 da Instrução Normativa nº 04/2022 (0015231284), aprovada pelo Decreto n.º 51.742/2022 (0015231852), e, diante do cenário exposto, caracteriza-se o interesse da Administração Municipal em contratar um maior número de prestadores de serviço.

5.1.6 - A contratação por meio da modalidade de credenciamento tem como finalidade abranger todas as empresas habilitadas no edital. Contudo, as especificidades dos serviços de saúde exigem investimentos, planejamento e estruturação adequados. Nesse contexto, é fundamental estabelecer uma periodicidade para a revisão das PFOs que assegure a continuidade dos serviços contratados, sem prejudicar as empresas já credenciadas, ao mesmo tempo em que permita a inclusão de novos prestadores. Considerando esses aspectos, uma periodicidade inferior a seis meses pode gerar dificuldades tanto para a comissão responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos contratos quanto para as empresas prestadoras, comprometendo a continuidade e a qualidade dos serviços. Dessa forma, propõe-se que a revisão das PFOs ocorra semestralmente.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

6.1 - Os valores que serão pagos à CREDENCIADA corresponderão aos procedimentos faturados conforme Tabela Sigtap/SUS e aprovados no Sistema de Informação Hospitalar (SIHD), em consonância com o Manual Técnico Operacional do Sistema de Informação Hospitalar do SUS (Ministério da Saúde, 2017), conforme demonstrado em histórico dos últimos 5 anos na tabela (Movimento de AIH - Arquivos Reduzidos), apresentada no item 4, onde tratamos da estimativa das quantidades para contratação .

6.2 - A contratação tem como valor estimado o importe de R\$ 89.483,88 para 12 meses e R\$ 178.967,76 para 24 meses.

6.3 - Para as definição dos quantitativos estimados foi considerada a soma dos atuais contratos com **Unimed de Joinville Cooperativa de Trabalho Médico -0018985230** no valor R\$ 18.465,89 (dezoito mil quatrocentos e sessenta e cinco reais e oitenta e nove centavos) e a **Associação Beneficente Evangélica de Joinville- 0017592556** no valor de R\$ 41.190,03 (quarenta e um mil cento e noventa reais e três centavos) acrescido de 50% , considerando a variabilidade da demanda.

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

7.1 Na modalidade de credenciamento universal todos os interessados e que preencham os requisitos previamente determinados em edital podem ser contratados. Assim, pretende-se alcançar o maior número de participantes para atender a demanda. Esta modalidade de contratação consta descrita no [Manual de Orientações para Contratação de Serviços de Saúde do Ministério de Saúde](#) (2017, pag. 40-41).

*"(...) No credenciamento todos os interessados em contratar com a Administração Pública são efetivamente contratados, **sem que haja relação de exclusão**. Como todos os interessados são contratados, não há que se competir por nada, forçando-se reconhecer, por dedução, a inviabilidade de competição e a inexigibilidade de licitação pública.¹⁷ (...)"*

¹⁷ NIEBUHR, Joel de Menezes. *Licitação pública e contrato administrativo*. 4. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015. p. 119 et seq

7.2. Evidencia-se como vantagens da modalidade credenciamento a possibilidade de contratação de vários prestadores, ou seja, contratação paralela e não excludente, a oferta de atendimentos em diferentes pontos de atenção e o fato de não obrigar a Administração contratar todo o quantitativo estimado.

7.2.1 - Registra-se que a modalidade Credenciamento está prevista no inciso I do artigo 115 da Instrução Normativa nº 04/2022 (0015231284), aprovada pelo Decreto n.º 51.742/2022 (0015231852), e, diante do cenário exposto, caracteriza-se o interesse da Administração Municipal em contratar um maior número de prestadores de serviço.

7.2.2 O credenciamento para doação de órgãos, tecidos e células para transplante é fundamental para garantir a segurança, eficiência e ética no processo. Ele permite a participação legal e regulamentada de instituições e profissionais de saúde, assegurando que as práticas sigam padrões rigorosos. Isso contribui para a transparência, o controle de qualidade e, consequentemente, aumenta a confiança na realização desses procedimentos, promovendo a vida por meio de doações e transplantes seguros.

7.2.3 O credenciamento é essencial por várias razões:

1. Regulamentação: Estabelece normas e diretrizes para garantir que os procedimentos de doação sigam padrões éticos, legais e de segurança.

2. Qualidade: Assegura a qualidade dos serviços ao estabelecer critérios e padrões que devem ser atendidos pelas instituições de saúde envolvidas no processo.

3. Coordenação Eficiente: Facilita a coordenação entre equipes médicas, agilizando o processo de doação e transplante, o que é crucial para preservar a viabilidade dos órgãos.

4. Transparência: Promove transparência na alocação de órgãos, garantindo que a distribuição seja justa e baseada em critérios predefinidos.

5. Segurança do Doador e Receptor: Protege tanto os doadores quanto os receptores, minimizando riscos e assegurando práticas seguras durante todo o processo.

6. Confiança Pública: Constrói a confiança da sociedade no sistema de doação de órgãos, incentivando a participação e apoio da comunidade.

7. Dados e Estatísticas: Facilita a coleta de dados e estatísticas, permitindo uma análise mais eficiente do desempenho do programa e a identificação de áreas de melhoria.

7.3 Em suma, o credenciamento é crucial para estabelecer uma estrutura sólida e confiável que promova a eficiência, segurança e ética no processo de doação de órgãos.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

8.1 O parcelamento da aquisição de serviços relacionados à doação de órgãos, tecidos e células para transplante pode ser tecnicamente e economicamente viável, proporcionando um melhor aproveitamento do mercado. Oferece benefícios financeiros pois permite que ocorra a distribuição do custo ao longo da execução do serviço, facilitando assim o orçamento. No entanto, é importante observar que o parcelamento ocorrerá para cada atendimento realizado pela mesma credenciada e não por itens específicos do credenciamento de prestadores de serviços no município.

Essa abordagem de parcelamento por atendimento pode trazer alguns benefícios significativos:

1. Controle de Custos: O parcelamento por atendimento permite que os recursos financeiros sejam alocados de forma mais eficiente, pois os pagamentos são feitos conforme a demanda de atendimentos e serviços efetivamente realizados.

2. Flexibilidade Financeira: Torna mais viável para a instituição de saúde realizar os procedimentos e transplantes, pois não precisará desembolsar o valor total do credenciamento de uma só vez.

3. Melhor Aproveitamento de Recursos: A credenciada pode gerenciar seus recursos de maneira mais eficiente, priorizando os atendimentos de acordo com a demanda e otimizando a utilização de sua estrutura e equipe.

4. Risco Compartilhado: Tanto a CREDENCIANTE quanto a credenciada compartilham o risco financeiro, uma vez que os pagamentos são efetuados conforme a realização dos atendimentos. Isso pode incentivar um comprometimento mútuo com

a qualidade dos serviços prestados.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Com a presente contratação busca-se diminuir as filas de espera para transplantes e procedimentos de doação, garantindo o atendimento às necessidades de saúde da população do município, acesso mais amplo, eficiente e especializado aos serviços médicos nessa área específica. assim maior eficácia dos procedimentos.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

10.1 - A Secretaria da Saúde dispõe de servidores com experiências técnicas e conhecimento acerca do serviço a ser prestado, confirmado por meio do acompanhamento dos contratos oriundos do [Edital de Credenciamento nº 001/2013](#), Contrato nº 930/2023.

10.2 - A Secretaria da Saúde dispõe de sistema que permite acompanhar a execução dos serviços.

10.3 - Serão indicados membros para fiscalização dos contratos. Em atendimento ao princípio da segregação de funções, observar-se-á que os membros da elaboração da fase preparatória não atuem como membros da comissão de fiscalização.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes. Ademais, esclarecemos que foi realizada pesquisa nas Atas de Registro de Preços dos Consórcios com o mesmo objeto da presente requisição de compras, porém, não foi possível localizar processo com objeto semelhante que atendesse as especificações técnicas dessa Secretaria de Saúde. Em termos de interesse público, a Administração deve acima de tudo buscar a eficiência em suas contratações. Para tomar a decisão acerca da viabilidade e interesse público em participar ou aderir a uma Ata de Registro de Preços dos Consórcios é necessário avaliar vários fatores que não somente preços, mas se as condições propostas para contratação são realmente vantajosas para o Município, ou mesmo o completo atendimento pelo Consórcio do que determina à Lei para a fase preparatória, licitatória e executiva. Ainda, existem questões técnicas de processamento e apresentação da produção para o Ministério da Saúde que, muitas vezes, não são atendidas por meio da adesão de consórcios.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Para o credenciamento de prestadores de serviços para a realização de Ações relacionadas à Doação de Órgãos, Tecidos e Células para Transplante, quando cabível, a credenciada deverá observar a destinação adequada dos resíduos decorrentes da contratação.

13. ANÁLISE DE RISCOS

De acordo com o art. Art. 18, inciso X da Lei 14.133/2021, na fase preparatória, devem ser abordados os riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual

13.1 Analisando os Riscos da Contratação, podemos indicar os seguintes elementos:

a) Identificação de riscos - para a presente contratação constatou-se os seguintes riscos:

- 1. Risco de Qualidade do Serviço;
- 2. Risco de Capacidade de Atendimento;
- 3. Risco de Falta de Infraestrutura e Equipamentos;
- 4. Risco de Conflitos de Interesse;
- 5. Risco de Não Cumprimento de Contrato;
- 6. Risco de Descontinuidade dos Serviços.

b) Análise de riscos:

- 1. Existe o risco de que a qualidade dos serviços prestados pelas instituições credenciadas não atenda aos padrões exigidos, comprometendo a efetividade dos procedimentos de doação e transplante.
- 2. Caso a demanda de transplantes e doações seja maior do que a capacidade de atendimento das instituições credenciadas, pode ocorrer um acúmulo de pacientes na lista de espera e atrasos nos procedimentos.
- 3. As instituições credenciadas podem enfrentar problemas com a falta de infraestrutura adequada e equipamentos necessários para a realização dos transplantes, comprometendo a segurança e o sucesso dos procedimentos.
- 4. A contratação de prestadores de serviços privados pode gerar riscos de conflitos de interesse, caso haja uma preferência por lucro em detrimento da eficiência e qualidade dos serviços prestados.
- 5. Há o risco de que as instituições credenciadas não cumpram integralmente os termos do credenciamento, podendo resultar em problemas de execução dos serviços.
- 6. Caso ocorram problemas operacionais ou financeiros com as instituições credenciadas, pode haver riscos de descontinuidade dos serviços e impacto na assistência aos pacientes.

	Probabilidade P	
Índice	Descrição	Nível
	Estudo Técnico Preliminar - ETP 26940220	SEI 23.0.030019-77 pg. 12

Raro	Evento extraordinário. Acontece apenas em situações excepcionais. Não há histórico conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua ocorrência.	1
Pouco Provável	Evento casual, inesperado. Existe histórico de ocorrência. O histórico conhecido aponta para a baixa frequência de ocorrência no prazo associado ao objetivo.	2
Provável	Evento esperado de frequência reduzida. Histórico parcialmente conhecido. Repete-se com frequência razoável no prazo associado ao objetivo ou há indícios que possa ocorrer nesse horizonte.	3
Muito provável	Evento usual de frequência habitual. Histórico amplamente conhecido. Repete-se com elevada frequência no prazo associado ao objetivo ou há indícios que ocorrerá nesse horizonte.	4
Praticamente certo	Evento que se repete seguidamente. Interfere no ritmo das atividades. Ocorrência quase garantida no prazo associado ao objetivo.	5

	Impacto (I)	
Índice	Descrição	Nível
Muito Baixo	Não afeta o objetivo. Compromete minimamente o atingimento do objetivo. Para fins práticos, não altera o alcance do objetivo/resultado.	1
Baixo	Afeta pouco o objetivo. Compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do objetivo/resultado.	2
Médio	Torna incerto ou duvidoso o alcance do objetivo. Compromete razoavelmente o alcance do objetivo/resultado.	3
Alto	Torna improvável o alcance do objetivo. Compromete a maior parte do atingimento do objetivo/resultado.	4
Muito Alto	Capaz de impedir o alcance do objetivo. Compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo/resultado.	5

c) Avaliação de riscos -

1. Dos riscos encontrados, procedendo a ponderação do impacto e da probabilidade, constatamos que os riscos são classificados como Médio.

	Classificação dos Riscos
Pontuação	Risco
15 a 25	Muito Alto
8 a 12	Alto
3 a 6	Médio
1 e 2	Baixo
0	Muito Baixo

d) Tratamento de riscos

1. Será estabelecido critérios rigorosos para a seleção e credenciamento das instituições, priorizando aquelas com histórico comprovado de excelência nos serviços de doação e transplante.
2. Será realizado uma avaliação rigorosa das instituições candidatas, verificando sua experiência em transplantes e doações, bem como o cumprimento das normas éticas e legais.
3. Será garantido a transparência e imparcialidade no processo de seleção e contratação, evitando qualquer favorecimento indevido a instituições privadas.
4. Será estabelecido contratos com prazos adequados de vigência e previstas cláusulas que garantam a continuidade dos serviços, mesmo em caso de rescisão contratual.

	Possibilidade de Tratamento de Riscos
Conduta	Descrição
Evitar	Descontinuar a atividade, interromper o processo de trabalho.
Transferir	Compartilhar o risco com terceiros, como no caso dos seguros.
Mitigar	Desenvolver e implementar medidas para evitar que o risco se concretize e/ou medidas para atenuar o impacto e as consequências, caso ocorra.
Mitigar/transferir	Desenvolver e implementar ambas as medidas: mitigar e transferir
Aceitar	Não há necessidade de adotar quaisquer medidas. Considerar se é o caso de monitorar ao longo do tempo

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Parâmetro considerado	Sim	Não	Observação / Comentário
1. O modelo adotado para a contratação é o mais vantajoso para a Administração, tanto pelo aspecto técnico como pelo econômico?	x		
2. O modelo adotado para a contratação está em conformidade com o praticado no mercado?	x		
3. O valor estimado da contratação está em conformidade com a previsão orçamentária?	x		
4. Os resultados pretendidos com a contratação compensam os investimentos realizados pela Administração, em curto, médio e longo prazo?	x		
5. De acordo com a análise dos riscos para a contratação, a contratação é viável e não possui risco de dano ao erário? (moderado/médio a grave)	x		

6. Há risco de comprometimento do sucesso da licitação e da execução, considerando os fatos ocorridos em contratações anteriores do mesmo objeto ou similares.	x		
7. No caso do item anterior, foram indicadas as medidas necessárias para mitigar os riscos?	x		

Com base nas informações obtidas ao longo deste estudo, a Equipe/Comissão de Planejamento conclui que o credenciamento se apresenta como a única solução capaz de atender ao interesse público, às necessidades da Secretaria da Saúde e à demanda dos usuários do SUS. Ressalta-se que a viabilização de um modelo competitivo é impraticável, dado o caráter do serviço, processo de doação, captação e distribuição de órgãos, a imprescindibilidade de contar com a maior rede possível de prestadores de serviços. Essa abordagem permitirá a formação e o fortalecimento de uma rede integrada de serviços de saúde.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiane Voss, Gerente**, em 26/09/2025, às 14:37, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Michelli Aparecida Rosin, Servidor(a) Público(a)**, em 01/10/2025, às 11:42, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **26940220** e o código CRC **F2FFA4D7**.

Rua Doutor João Colin, 2719 - Bairro Santo Antônio - CEP 89218-035 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br

23.0.030019-7

26940220v4